

# Cartagena funcionará

A assembleia anual do Fundo Monetário Internacional, em setembro, sofrerá inevitavelmente o reflexo das decisões adotadas pelos devedores em Cartagena, por mais moderadas que tenham sido: a nova fórmula de renegociação das dívidas, que se espera do encontro de Washington, poderá levar em conta pela primeira vez a versão dos países endividados, que agora contam com sua "comissão de coordenação" para fazer frente aos "comitês de assessoramento" dos grandes bancos credores.

Mais importante do que essa tímida tentativa de estratégia comum, a ser implementada na reunião dos onze devedores em Buenos Aires, antes da assembleia do FMI, deve ser a consequência que pode surgir de dois itens principais do "Consenso de Cartagena": primeiro, a campanha que os devedores prometem realizar a nível mundial (leia-se Europa e junto ao eleitorado americano), para mudar as políticas monetária e fiscal do Governo Reagan, parece ser o único jeito de obter alguma baixa nas taxas internacionais de juros; e, segundo, o fato consumado que é o descumprimento das metas do FMI deve acabar mudando em alguma coisa o enfoque que o organismo usa em seus "programas de ajustamento econômico".

O problema principal dos devedores — alta taxa de juros — não pode ser resolvido só pelos bancos. Exige uma decisão de mudar o rumo da política econômica americana, cortando gastos (principalmente com armamentos) ou aumentando impostos, de forma a diminuir a pressão do déficit fiscal de US\$ 200 bilhões sobre as taxas de mercado. Algo bastante remoto neste ano eleitoral, não adiantando nada a América Latina esperar sem sensibilizar políticos e opinião pública nos Estados Unidos.

De certa forma o mesmo se aplica à questão dos "critérios de desempenho" que o FMI vem usando contra as economias devedoras, pois muito mais do que simples mudanças técnicas nos programas de computador será necessário para que isso ocorra. E a velha tese liberal de tirar o FMI da órbita de influência exclusiva dos EUA, dividindo sua gestão com França, Japão etc. Uma utopia na atual conjuntura, de acordo com um ministro brasileiro, porque seria desconhecer o papel daquele organismo como agente dos grandes bancos internacionais.

Mesmo assim os onze de Cartagena esperam amenizar os "programas de ajustamento" daqui em diante, através de três alterações que esperam obter do FMI, nas quais o Brasil está particularmente interessado por pressentir uma sexta Carta de Intenções: os ajustamentos devem dar prioridade ao crescimento econômico (produção e emprego) no lugar de manter a ênfase na contenção da demanda (via cortes de salários, aumento de impostos etc.); sempre que os juros internacionais subirem acima do previsto os países poderão rever as metas fiscais e do balanço de pagamentos, para não comprimir ainda mais os gastos públicos e investimentos; e, finalmente, sempre que a inflação estourar — como está ocorrendo hoje no caso brasileiro — os países poderão aumentar a oferta de crédito e moeda além das metas anteriores, para não estrangular suas economias com mais recessão.

Os três pontos são do máximo interesse para Brasil, Argentina e demais devedores sob "programa de ajuste". No papel constitui até mesmo um belo programa de recuperação econômica continental, atendendo no geral as reivindicações imediatas das economias em desenvolvimento. O difícil será arrancar estas concessões do FMI — principalmente na questão do crescimento versus recessão — sem decretar o fim de toda uma escola econômica da tecnocracia internacional.

**ARNOLFO CARVALHO**